



## O que podemos e devemos aprender professores/as cisgênero das professoras/es trans para uma educação decolonial?

Yonier Alexander Orozco Marin<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho consiste em refletir sobre a pergunta a seguir: O que podemos e devemos aprender professoras e professores cisgênero das pessoas transgênero, transexuais, travestis e não binárias para pensar uma educação por/em/com/para a diversidade. Coloco-me no trabalho como um viado/marica, cisgênero, professor de biologia, que entende como exercício decolonial aprender de e com sujeitos historicamente silenciados e marginalizados pelas relações coloniais, neste caso, as pessoas trans, que começam a incidir em espaços educativos formais e não formais. As reflexões apresentadas são construídas a partir da leitura de autoras e autores trans da América Latina, e de maneira mais específica, pelas falas de duas professoras/educadoras trans, em entrevista pensada para discutir o papel de professoras e professores cisgênero numa educação para a diversidade. Dessa reflexão dois aspectos principais são discutidos: A necessidade de problematizar a cisgeneridade, e as possibilidades de pedagogias de *Nostredad* em contextos educativos.

**Palavras-chave:** Cisgeneridade; Decolonialidade; Estudos de gênero e sexualidade; Educação sexual; Teoria queer.

### Introdução

A ideia de que existe conhecimento/epistemologia/saber neutro e objetivo é um mito ocidental que historicamente tem servido para ocultar o lugar corpo-político da

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina. E-mail: apmusicomano@gmail.com

pessoa que produz conhecimento, dotando de suposta universalidade conhecimentos que foram tramados em corpos e contextos culturais específicos. O homem cisgênero branco tem se construído como mente produtora de conhecimento sobre as “outras” e os “outros” que são corpos a serem estudados e analisados por ele. O dualismo mente/corpo como linha separatória do conhecimento eurocêntrico, tem contribuído a marginalizar e excluir diversos grupos como as comunidades indígenas, as pessoas negras, especialmente as mulheres negras, as pessoas homossexuais e bissexuais, e às transidentidades (pessoas transgênero, transexuais, travestis e não binárias).

As transidentidades têm lutado muito por conquistar direitos básicos, espaços na sociedade, e principalmente, serem reconhecidas e reconhecidos como sujeitos de saber, produtoras e produtores de conhecimento sobre si mesmos, e sobre os mais diversos campos do conhecimento.

Pessoas cisgênero que habitualmente temos nos construído como “normais” ou como pessoas que seguimos à natureza, à biologia ou o “mandado de Deus”, estamos hoje sendo confrontadas com discursos, experiências e corpos que vêm questionar essa suposta normalidade que dizemos possuir e da qual dizemos fazer parte. Saberes que por muito tempo consideramos neutros e objetivos vêm sendo questionados, desestabilizados, resignificados, transgredidos e/ou atualizados por outros corpos, outros discursos e outras experiências de vida.

Considerando esse contexto, neste trabalho me coloco como um marica/viado, cisgênero, professor de biologia, que ciente de opressões e privilégios, considera importante pensar a pergunta que dá título a este trabalho: “O que podemos e devemos aprender professoras e professores cisgênero das pessoas transgênero, transexuais, travestis e não binárias para pensar uma educação por/em/com/para a diversidade?”.

Porem, antes de desenvolver as respostas e reflexões sobre esta pergunta considero importante realizar alguns esclarecimentos. Primeiramente, não estou aqui para falar sobre as pessoas trans, e suas práticas pedagógicas. Este trabalho NÃO é um trabalho etnográfico. Meu objetivo principal aqui é me repensar como professor e como pessoa cisgênero, aprendendo das transidentidades e com elas. Se a leitora ou leitor deste trabalho está esperando uma descrição exótica, detalhada, intronética e às vezes até morbosa da experiência trans na educação, recomendo que não continue lendo o trabalho e procure outros, não duvido que vai encontrar muitos trabalhos deste tipo com uma facilidade relativa.

Em relação às transidentidades, as pessoas cisgênero costumam fazer perguntas mais do tipo, o que são? Como são? O que tem? Como constroem suas identidades? Em fim, falar sobre as transidentidades. Considero que desde uma postura decolonial, precisamos mudar nossas perguntas e nos questionar, o que temos a aprender de e com as transidentidades, e elas conosco, nos mais diversos aspectos da vida? Neste trabalho a ênfase é então na educação, especialmente na educação científica. Nas práticas, identidades e saberes docentes.

O segundo ponto a esclarecer é que não pretendo essencializar ou romantizar às transidentidades supondo que ser trans tem algo na sua essência que te faz especial ou te dota de um código cognitivo/moral/ético necessariamente transgressor, contra hegemônico ou “superior”. Parto da suposição de que as experiências trans na América Latina passam por processos de luta, construção, reflexão, organização coletiva e aprendizagens que eu como pessoa cisgênero, não vivo. Minha condição de homem cis me coloca em situações que me cegam para problematizar algumas situações, me normalizam e me impedem refletir sobre alguns assuntos.

Um terceiro ponto trata-se da minha evidente dificuldade para me expressar no português, pois não é minha língua nativa. Neste trabalho assumo oportunhol como linguagem legítima para abordar esta pergunta, e inclusive, como ato político de desrespeito às normas coloniais de comunicação, propondo uma maior integração entre nós, países do Sul. Algumas falas de autoras e autores trans e cisgênero que trago aqui estarão em espanhol, outras em português, outras numa mistura tal vez um pouco confusa. Para quem se sentir incomodado com isso, peço sinceras desculpas (e mando um besito no ombro também!).

Por último, esclareço também que tenho serias dificuldades em definir metodologicamente este trabalho. Vou definir ele como um trabalho principalmente reflexivo, sobre minhas práticas docentes e minha condição cisgênero, por meio do diálogo, contato e reflexões de experiências docentes de pessoas trans. De maneira mais específica, além da leitura de diversos textos, depoimentos e conversas informais com pessoas trans (algumas professorxs, outras não), realizei algo que posso denominar “entrevista” com uma pessoa trans não binária, e uma mulher trans que realizam atividades educativas em diferentes contextos. Nessas entrevistas, discutimos sobre o “privilegio cis”, a importância da educação, o que pode ensinar uma experiência trans para a educação, papel das e dos professores cisgênero na luta por construir uma escola como espaço de valorização

da diversidade e transformação social. Com a autorização e consentimento destas duas professoras, mais na frente trago algumas de suas falas, como espelhos para refletir sobre o agir docente, de nós pessoas cis.

As reflexões aqui apresentadas são uma pequena parte de um trabalho reflexivo e de pesquisa maior, começado recentemente no Doutorado em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina. Inicialmente trago o referencial teórico da decolonialidade como marco que sugere a necessidade de reconhecer vozes outras, criar epistemologias de saberes além das eurocêntricas.

## Decolonialidade: O chamado a escutar, aprender de, e fazer com os corpos/vozes silenciados

Antes de trazer aqui os autores do discurso *mainstream* sobre decolonialidade na América Latina (SANTOS, 1995; GROSFUGUEL; MENEZES; MIGNOLO, 2008), começo trazendo uma das falas de uma das pessoas que entrevistei, a professora Alanis Bello, que será apresentada mais na frente:

“Em termos de produção de conhecimento existe uma produção vampírica de conhecimento sobre as pessoas trans, existe uma expropriação, uma pilhagem epistêmica da luta das pessoas trans. Passamos da perseguição policial (muito marcada na Colômbia), antes fugíamos da polícia (ainda), agora temos que fugir do antropólogo, do sociólogo, do educador. Existe toda uma tendência a observar a experiência trans como uma experiência de objetos, uma experiência a ser saqueada, a ser apresentada e compreendida como exótica, a ser compreendida como o radicalmente outro.” (Professora Alanis Bello).

Esta fala da professora, durante a entrevista, parece curta mais é contundente para refletir sobre a pressão colonial e histórica que silencia as transidentidades da história e tira delas as possibilidades de serem reconhecidas como sujeitos de saber. Inclusive dentro da história contada pela esquerda branca, os maricas, os viados, as travestis, as bixas, as sapatão e as pessoas trans também são invisíveis.

É inegável o crescimento dos textos, trabalhos e pesquisas que (in?)visibilizam as experiências e assuntos relacionados às transidentidades. Porém também é inegável que a maioria desses trabalhos supõem um pesquisador universal (o olho de Deus) com

autoridade para falar sobre “os outros” e apresenta-los para um mundo, muitas vezes, sem nenhum compromisso com as necessidades, lutas e demandas dessas pessoas. Ainda temos um legado colonial de poder, ser e saber, que entre muitas outras coisas, nos impede reconhecer as transidentidades num lugar de produção de conhecimento legítimo e importante para nos repensar como sujeitos e sociedade.

Porém, atualmente, pelo menos nos contextos acadêmicos da América Latina, ainda ocupados principalmente pela cis branquitude, algumas e alguns pesquisadores denunciam o papel colonial das instituições acadêmicas na produção de conhecimento a necessidade de pensar desde o Sul, desde lugares corpo-políticos diferentes. Esses autores, que seja importante ressaltar, também precisam urgentemente problematizar sua condição cis, *queerizar* o decolonial, ou começar pensar uma deCULONialidade, trazem aspectos como a necessidade de valorizar saberes do Sul global, de corpos sul.

A ciência ocidental, tendo como lugar geográfico de produção o norte global, tem construído sobre ela mesma um discurso de universalidade e totalidade. Segundo Santos (1995) isto produz três problemas: 1) Invisibiliza ou nega a existência do Sul, 2) Nega ou desconhece a produção de conhecimentos, epistemologias, práticas e saberes desse Sul, e 3) Fecha as possibilidades para aprender do Sul, pois estes conhecimentos não seriam válidos ou tão legítimos quanto os saberes do norte. Menezes (2008) esclarece melhor este aspecto, mencionando:

“Este desaparecimento ou subalternização de outros saberes e interpretações do mundo significa, de facto, que estes saberes e experiências não são considerados formas compreensíveis ou relevantes de ser e estar no mundo; sendo estas epistemologias “outras” declaradas não existentes, ou descritas como reminiscências do passado, condenadas a um esquecimento inevitável... No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo talvez o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de criticar abertamente” (MENEZES, 2008, p.6).

Reconhecer estes saberes como legítimos, e aprender deles, implica uma decolonialidade do saber, uma opção decolonial, que nas palavras do Mignolo (2008):

“É epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento

epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta. Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada)... Consequentemente, a opção decolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender... A mudança radical se desconecta da ideia ocidental de que as vidas humanas podem ser descartadas por razões estratégicas e da civilização da morte (comércio escravo massivo, fomes, guerras, genocídios e eliminação) (MIGNOLO, 2008, p.290).”

Evidentemente, nas epistemologias ocidentais a cisgeneridade tem sido assumida como algo natural e biológico que nem precisa ser problematizado, enquanto às transidentidades são constantemente silenciadas como corpos que falam, e quando consideradas, aparecem associadas unicamente ao patológico, a aquilo que precisa ser contornado e vigiado, aquilo que gera medo. Como mencionam Messina e Di Somma (2017) ocidente, mais do que uma categoria espacial, trata-se de um lugar que se autodefine a partir do medo do outro, um paradigma de opressão que define e norteia desejos, deveres, enquanto cria inúmeras e enormes periferias, e as mobiliza contra o outro.

Inclusive, considerando o movimento do giro decolonial, que se coloca como transgressor e contra hegemônico, na verdade poderíamos chamar esse giro, de giro cis-decolonial, considerando a escassa ou nula presença e abertura do movimento em reconhecer saberes trans e a história das pessoas trans na América Latina. Isso, na prática específica e real de muitos de seus autores, pois no discurso algumas possibilidades tal vez podem ser identificadas timidamente, nas palavras de Grosfoguel (2008):

“Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “egopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico- -racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia... Todo conhecimento se situa,

epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento. A neutralidade e a objetividade desinserida e não-situada da egopolítica do conhecimento é um mito ocidental” (GROSFOGUEL, 2008, p.119).

Reconhecendo essas possibilidades, mas também essas limitações, considero importante trazer aqui também algumas falas de experiências trans que podem reforçar a ideia de pensar decolonialmente a relação e a produção de conhecimento sobre a condição cisgênero e trans na América Latina, assim como a discussão sobre os saberes e epistemologias que circulam nos espaços educativos. Segundo Campuzano (2009), a travestilidade e a homossexualidade foram perseguidas, silenciadas e assassinadas desde o começo mesmo da colonização:

Mientras los sistemas de control coloniales prohibían el travestismo y la homosexualidad para maximizar la mano de obra indígena en la producción agrícola así como la reproducción de los criollos y sus tributos a la Corona, la sociedad colonial se mestizaba racial y culturalmente. Paradójicamente, la Iglesia advirtió una convergencia entre los espacios de representación ritual católicos e indígenas, y la aprovechó como medio para la evangelización, por su parte el andrógino, ahora hombre vestido de mujer, halló esta complementariedad necesaria para su permanencia y, aún bajo la apariencia del catolicismo triunfando sobre la “religión falsa”, logró preservar sus significados en un espacio ritual ya mestizo – la fiesta patronal – que los reinterpretó y generó significados distintos (CAMPUZANO, 2009).

Na colonialidade do ser, o sucesso colonial dependeu de um genocídio e construção de um medo do outro, um espetáculo da morte de corpos racializados e que questionam os moldes binários sobre o corpo e a identidade, uma exposição e naturalização dessas mortes, legitimando o lugar de marginalidade das transidentidades e a construção de uma normalidade submissa para a cisgeneridade. Como menciona a travesti Marlene Wayar (2007):

¿Qué podría haber logrado Hitler sin el miedo de lo/as alemanes/ as a no ser alemán? ¿Qué podrían haber logrado el enjambre de gusanos que me niego a nombrar sin el miedo de los/as argentinos a no ser un “buen argentino”? ¿Cómo lo consiguieron? A través del cuerpo desaparecido, torturado, muerto

socialmente y luego tirado al olvido. Es la engañosa invisibilización de un otro cuerpo indigno y sus deseos. Pasada la borrasca humana, ni gitanos, ni judíos, ni militantes, ni políticos, no hubo hombre o mujer que nos recuerde a las maricas desaparecidas. Ellos/as, víctimas también, nos han desaparecido de sus testimonios, sus palabras, su memoria (WAYAR, 2007).

Parece que em 500 anos de processo colonial exploratório, esta situação pouco tem mudado. Dentro das teorias e epistemologias de esquerda, e/ou decoloniais, as transidentidades, ainda invisíveis ou subalternizadas, quando acolhidas, só são consideradas como corpos de sofrimento e de dor, reafirmando assim o espetáculo que produz medo e norma a partir da dor e morte desses corpos. O discurso cisgênero sobre as transidentidades reduz a experiência de vida trans à dor e à tortura, desconhecendo a luta, transgressão e outros elementos inerentes à experiência de viver de qualquer ser humano. Como menciona Wayar (2007):

Lo mismo nos ha sucedido a nosotras históricamente. Invisibles cuando nos vivimos en plenitud, cuando nos aman, nos sonríen, cuando creemos, creamos, cogemos y orgasmemos; solo somos iluminadas cuando nos torturan, nos criminalizan o agonizamos. Somos utilizadas para infundirles terror, normalizarlos/as (WAYAR, 2007).

Sobre este aspecto, Sacayán (2007) complementa:

No tenemos ganas, ni queremos acostumbrarnos a estos tratos. No queremos nunca más ser olvidadas ni abandonadas. Queremos ser hacedoras de nuestro propio destino. Uno que está muy lejos de aquel que dicen las estadísticas. Uno al que queremos construir y reconstruir desde nuestras propias historias, desde nuestras propias experiencias (SACAYÁN, 2007).

Hoje a luta e fúria das transidentidades estão permitindo que possam reconstruir e contar suas próprias histórias, sem desconhecer que os processos de violência também se intensificam cada dia mais. Hoje considero que como professoras e professores em espaços de diversidade, temos a disposição melhores elementos, discursos e epistemologias para pensar nossas identidades e nossas práticas docentes, evitando práticas colonizadoras excludentes.

## As pessoas com e das quais aprendo

Nesta parte do trabalho, apresento brevemente as duas pessoas que entrevistei e das quais derivo aprendizagens e reflexões sobre minha prática docente e minha condição cisgênero. Digo brevemente e superficialmente, pois nossas subjetividades e identidades são tão complexas que dificilmente o papel dá conta.

Uma dessas pessoas é Alanis Bello, pessoa trans não binária, Docente universitária na Licenciatura de Educação comunitária com ênfase em direitos humanos na Universidade Pedagógica Nacional de Colômbia e que atualmente realiza o Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. A docente trabalha com a abordagem de pedagogias feministas populares e processos formativos que tencionam espaços na perspectiva dos feminismos críticos, interseccionais, diversidade sexual e de gênero. Trabalha temáticas como a memória histórica, metodologia de pesquisa, pedagogia queer Latinoamericana. Integra um grupo de professoras e estudantes feministas, um *aquelarre*, que se apoia no processo de construção de livros, coletivos, pesquisa, ativismos, representação em sindicatos, reivindicando a educação popular antirracista, anticolonial e feminista.

Como ela mesma faz questão de destacar, sua experiência na educação não se limita aos espaços formais, e tal vez tem mais impacto no movimento social fora da escola e da universidade. Participa de processos educativos em espaços não escolares e escolares, praticas com trabalhadoras sexuais em um *bachillerato* popular em Bogotá. Realizando processos de alfabetização, processos com vítimas do conflito armado, vítimas de violência sexual, por meio do exercício da docência comunitária.

A Michele Valentina Fanessi Suescun, mulher trans, está imersa totalmente nos processos de educação popular. Sem estudos na Universidade, e numa realidade totalmente diferente em Bogotá, na periferia da cidade na localidade de Ciudad Bolívar, Michelle é uma líder social e educadora popular articulando diversos setores e populações do território. Integra a mesa LGBT em Ciudad Bolívar, e realiza incidências e trabalho direto no território construindo redes com grupos da terceira idade, grupos de afrodescendentes e organizações políticas da região. Reúne-se periodicamente com a mesa e estes grupos organizando festivais para visibilizar as diversidades silenciadas dentro do território e transformar imaginários.

O trabalho educativo da Michele é tecido na burocracia e experiência prática própria de quem articula grupos e redes num território com tensões reais e cotidianas.

Seu trabalho foge do campo do discurso e reflexão-teorização acadêmica (sem desconhecer que evidentemente processos de reflexão e teorização acontecem), utilizando uma linguagem mais política, das instituições, da articulação e do território. Na perspectiva de Michele, na sua luta cabem todas as pessoas marginalizadas da sua localidade por condição de classe social, raça, etnia, idade, gênero e sexualidade. A transformação de imaginários no território só será possível na articulação destas incidências.

E aqui estou eu, Yonier Alexander Orozco Marin, que estou aqui aprendendo. Um marica/viado, cisgênero, que viveu a maioria de tempo da sua vida no território da Michele, é professor de biologia, mestre em Ensino de Ciências e Matemáticas, e atualmente migrou fora do país para se repensar e aprender de outros corpos, mesmo que isso implique uma luta e constante confronto com as instituições acadêmicas normalizadas. Sobre os elementos que consigo refletir a partir das falas e interações com estas duas professoras, apresento primeiramente a necessidade de problematizar a cisgeneridade, e posteriormente, elementos mais específicos das práticas pedagógicas.

## A necessidade de problematizar a cisgeneridade

Quem somos as pessoas cisgênero? Tradicionalmente somos definidos como pessoas que construímos uma identidade de gênero que se corresponde com o sexo-gênero que nos foi assinado desde o nascimento, e inclusive, antes do nascimento. Essa suposição tem permitido que a cisgeneridade seja o nicho de identidade pensada como a naturalidade, a normalidade, aquilo que é assim pelo percurso mesmo do meu corpo. Sobre a cisgeneridade normalmente são silenciados os mecanismos biológicos, médicos, culturais, sociais, políticos, simbólicos, históricos, ambientais, econômicos, educacionais e das subjetividades que participam na construção da cisgeneridade. Preciado (2018) no seu livro *Testo Junkie* apresenta uma ampla discussão e percurso histórico-pessoal no qual relata e discute elementos da história da indústria farmacêutica e pornográfica, indispensáveis e responsáveis para construir a cisgeneridade no mundo ocidental.

Costumamos entender as identidades trans como identidades que se desviam de uma natureza, que são construídas, que tem que sair de umas normas. Enquanto pensamos a cisgeneridade como a ordem da natureza. Na perspectiva de Marlene Wayar, a cisgeneridade também é construída, mas diferentemente das pessoas trans, o medo é um fator fundamental para construir a cisgeneridade como identidade submissa, que se nega

liberdade, que julga e vigia outros, que se conforma com ser mão de obra barata para a acumulação de capital de uns poucos. Sobre os corpos cis normatizados, Wayar (2007) menciona:

¿Qué les ha sucedido a los normativizados/as en la matriz hegemónica? ¿Se han impregnado de terror? ¿Por qué el ansia de dominación? Se han travestido/a de sujetos/as, mientras son estereotipos fieles dominados/as, teatralización mediante, por el miedo (WAYAR, 2007).

O fato de que vemos as identidades trans como aquelas que passam por processos culturais de construção, nos faz pensar que no campo da pesquisa e do ensino, o mais importante é dar conta dessa construção e desse trânsito, às vezes de maneira invasiva e pouco ética. É o que a professora Alanis Bello denomina “Mentalidade colonizadora cisgênero”.

Na entrevista, a professora menciona que não concorda com que pessoas cis não possam estabelecer relações de produção de conhecimento sobre, com, desde e para as pessoas trans. Porém, antes disso, ela sugere que existem perguntas ainda mais importantes, aspecto que foi bastante recorrente nas falas dela:

Questionar e mudar as perguntas sobre as pessoas trans, por perguntas como, o que você me pode dizer sobre sua experiência, o que move você para pesquisar essas pessoas? Por que te interessa trabalhar com as pessoas trans? Quais as paixões? Mas do que falar sobre as pessoas trans, se usam roupas, se usam labial ou não, é mais importante se perguntar porque você quer estabelecer uma relação de conhecimento com uma pessoa trans, e isso é o que não tem nos textos das pessoas cisgênero, que pesquisam sobre as pessoas trans, não há uma reflexividade (professora Alanis Bello).

Nesse sentido, me sinto chamado a responder os questionamentos da Alanis e problematizar minha cisgeneridade. O que me move a me relacionar e interagir numa relação de autoconhecimento com as pessoas trans é que devo a elas muita da coragem que precisei para entender minha identidade marica como uma identidade de luta. Delas admiro e aprendo a coragem e coerência de não se deixarem convencer facilmente por discursos liberais e falsas representatividades, aspecto que é bem comum dentro do movimento gay. Interesse-me também porque escutar, ler, abraçar, sentir, conversar com,

referenciar, me questionar por meio das experiências trans, me gera paixões, sentimentos positivos, de esperança, ressentimento e luta, me dá liberdade para me permitir ser diferente e quebrar moldes que me são impostos, assim como reconhecer outros moldes e normas excludentes que constantemente reforço em mim, e principalmente, em outras pessoas.

Concordo que nos pessoas cis, mais do que preocuparmos por descrever as experiências trans, devemos nos preocupar por questionar o que nos motiva a fazer isso, em quais condições queremos essa interação e com quais fins, o que esperamos problematizar de nós mesmos nesse processo. Segundo a professora Alanis Bello, agimos:

Como o olho de Deus que mira desde fora. É mais interessante como você olha para si mesmo, quais teus desejos, tuas paixões, tuas fantasias, teus fetiches? Isso tem que ser explícito, não deixar na suposição, e cuidar de como me posiciono, o que me move, me problematizar (Professora Alanis Bello).

Porem, aprender e escutar as falas destas duas professoras, me permitiu entender que a questão da cisgeneridade também não é homogênea, elas não concebem a cisgeneridade e o trans como um binário oposto e universal. Reconhecem que esse binário é muito próprio de nosso tempo, e de uma cultura colonizada ocidental. Da mesma maneira, destacam que dentro do cis existem outras categorias que constroem corpos que podem se aproximar do *queer*, mesmo sem ser trans. Os depoimentos das duas professoras exemplificam e problematizam este aspecto:

Mesmo que Ciudad Bolívar é uma das localidades mais marginalizadas de Bogotá, que vive o mesmo que nos as pessoas LGBT, um estigma de que somos o malo, o pior, a escória da sociedade, a mesma perspectiva tem algumas pessoas da localidade. Mais para mim como pessoa trans, mulher trans, eu tenho observado mais o respeito do que a discriminação, aqui se tem um respeito para a população LGBT, respeito que, por exemplo, se vê mais aqui do que nos setores com mais educação e com um status social mais alto. Aqui é diferente, a pesar de que se tenha a expectativa de ser o contrário (Educadora Michele Suescun).

O privilégio cis depende. Ser mulher em uma sociedade patriarcal não é um privilégio. Privilégio cis é poder estar nos espaços sem ter que te explicar, sem ser questionado pela tua normalidade, sem que pensem que você é um palhaço, uma fantasia. Existe sim essa estrutura de dominação. Privilégio é algo a ser repensado. Na minha aula de pedagogia *queer* me lembro muito de uma

estudante que estava colocando o *queer* como aquilo fora da norma social, e gênero e sexualidade desenham essas linhas. Uma estudante cis heterossexual mãe adolescente que está na universidade em uma situação precária com uma discriminação dos professores, me falou, professora “então eu sou queer”. E eu falei, sim. Você está fora da norma, está em um espaço que não compreende teu corpo como mãe adolescente (Professora Alanis Bello).

O trabalho de Michel que compreende a articulação e coletividade com pessoas de diversos movimentos e identidades, é uma mostra de que nem sempre necessariamente o “privilegio cis” é universal dentro das pessoas que se consideram cis, e dentro da cisgeneridade operam opressões por classe social, estigma social, raça, idade e outros fatores, que favorecem a construção de problematizações conjuntas e de coletividades entre as pessoas trans e pessoas cis. Na perspectiva de Michele, é essa articulação, e não uma separação definitiva, que permite e traz mudanças concisas, e exemplos específicos de transformação de imaginários e realidades no território.

Lembro-me que assistindo uma das reuniões que Michel lidera no território de Ciudad Bolívar com pessoas da terceira idade, todos começaram discutir sobre o posicionamento do grupo em relação às próximas eleições para prefeito que acontecerão em 2019 na cidade de Bogotá. No meio de críticas a candidatos de direita e de esquerda, e principalmente, reconhecendo que a maioria deles apareceria nesses dias fazendo promessas falsas, dando comida e querendo ganhar votos, quando normalmente não aparecem, nem visitam o território. Nessa discussão uma fala de um senhor cisgênero, de uns 70 anos me impressionou muito e me mostrou o potencial da articulação cis – trans proposta no trabalho prático de Michel. O senhor mencionou: “Como esses políticos querem que a gente confie neles, se quando eles aparecem aqui tratam você como um homem, mas você é uma mulher. Se não conseguem respeitar isso, como vão conseguir administrar uma cidade?”. O trabalho coletivo de Michel conseguiu que uma pessoa de 70 anos, homem cis heterossexual coloque como critério para as eleições se o candidato respeita ou não a identidade de pessoas trans.

Mas é claro que essas lutas e encontros só são produtivos em contextos nos quais a cisgeneridade permite se problematizar, conviver, aprender, abraçar, viver com, conversar, conhecer e escutar as pessoas trans do território. Quando isso não acontece, facilmente a condição cis pode ser transformada em identidade normalizadora, que na vida cotidiana com algumas práticas pode marginalizar ainda mais a vida das pessoas trans. Atrevo-me a mencionar que essa é ainda a visão mais difundida e estabelecida sobre a cisgeneridade. Aspecto com o qual parece concordar Wayar (2007):

Claro, cuando me responsabilizo de ser mi creadora genero vida en mí y no puedo permitirme ni odio ni resentimiento ¿cómo hago para que se eduquen? Marlene no tiene voz, ninguna de mis muertas ha muerto porque no existieron. Lo dicen sus actas de nacimiento, de defunción y las estadísticas: ¡no existieron! El abuelo Bernardo existió, mis amigas no; hombres y mujeres existen, el arte humano no. Existe mi cuerpo, mi sexo, no mi deseo hecho creación porque la hegemonía vive matando el deseo de todas/os. Esta es la muerte que me come desde mis genitales para matar el deseo desde donde creo, creo de crear, no de creer. Nunca les voy aceptar que tengo que copiar arquetipos por fe, la fe la deposito en mí y mi capacidad de crear y recrear. No hay un Dios a quien culpar, somos nosotras/os hegemónicos quienes matamos (WAYAR, 2007).

## Práticas pedagógicas de “Nostredad”

Das aprendizagens que derivo deste processo reflexivo, destaco a capacidade que temos as professoras e professores cis de pensar práticas pedagógicas de Nostredad. Este conceito é definido por Wayar (2018) a seguir:

La capacidad de reconocernos como un nosotrxs en la otredad. Esta capacidad, echada a andar desde el momento en que alojamos a lx otrx en nosotrxs, nos permite empatizar con el dolor y las opresiones que vive esx otrx, de forma tal que cuando lx otrx es violentadx, no permaneceré inmutable (WAYAR, 2018).

Professoras e professores cis gênero podemos incorporar a questão trans em nossas práticas pedagógicas, processo que deve começar por uma problematização de nos mesmos e de nossa cisgeneridade. Uma análise reflexiva de nossas próprias constituições identitárias que nos levem a construir empatia com outras experiências de vida marginalizadas socialmente e que fazem presença em nossas salas de aula e que muitas vezes são silenciadas. Conseguir este aspecto não depende unicamente da aquisição de uns saberes externos em livros e textos, mas passa principalmente por uma autorreflexão de nossas vidas, com nossas alunas e alunos, nas nossas existências reais e contextos específicos. Não são necessariamente discursos externos que chegam na escola, mas sim reflexões que nascem de nós mesmos quando nos olhamos e nos problematizamos. Como mencionam a educadora Michele e a professora Alanis:

Existem diferentes formas de educação inclusiva, não só a LGBTI, os imaginários que se tem sobre as outras e os outros. Eu como pessoa trans que não

utiliza uma linguagem muito técnica, mas vivo mais o território e a experiência, posso dizer que por meio da educação se conseguem muitas coisas com um bom enfoque e com a certeza do que você quer conseguir (Michele Suescun).

Além de aprender as disciplinas, uma pedagogia que permita aprender sobre suas vidas, não é salvadora, não é como que “vamos tirar vocês da prostituição”. Uma pedagogia do aqui e do agora. Refletir sobre a existência concreta, analisar as violências e formas de proteção sobre essas violências. Não se trata de salvar estas mulheres e leva-las para um mundo decente (Professora Alanis Bello).

Estas falas sugerem a necessidade de horizontalizar os processos de ensino e de aprendizagem, e a construção coletiva de currículos. Trazer nossas vidas, demandas, existências e identidades para os currículos da escola. O desafio aqui de professoras e professores está em estabelecer esses diálogos com os conteúdos e objetivos das suas disciplinas, problematizando seu lugar também em relação a esses conteúdos e como eles são legitimados e por quais corpos.

Outro aspecto que pode ser considerado polêmico, porém bastante interessante, consiste no paralelo que a professora Alanis realiza entre os saberes necessários para ser professor/a, e os saberes da prostituição. Polêmico, porque exige reconhecer que na prostituição circulam uma série de saberes, independentemente do estigma social sobre o ofício. E também, porque supõe que prostitutas e professoras/es podem dialogar e aprender juntos. Dois mundos sempre apresentados como opostos morais da sociedade são ligados na fala da professora Alanis:

É mais de diálogo. Estamos trabalhando agora reconstrução da memória histórica das trabalhadoras sexuais, a história de luta, nos preocupa resgatar os saberes do trabalho sexual, saberes do cuidado, saberes corporais, saberes emocionais. Ser puta não é só estar parada numa esquina, implica uma série de saberes técnicas- corporais, que são muito parecidas às habilidades das mastras, escutar, entender, guiar, acompanhar, fazer bons gestos, rir, sorrir (Professora Alanis Bello).

A noite educa, dá formas de sobrevivência. Procuramos que elas se pensem de outras formas, se narrem de outras maneiras, se encontrem, e possam construir sentidos próprios. Que encontrem uma voz própria (Professora Alanis Bello).

Nas falas desta mesma professora, também é evidente a importância do papel de professoras e professores cis para a emancipação e construção identitária das pessoas trans e cis. Por meio dessas falas aprendo que é importante reconhecer que nem todos meus alunos são trans desde que estão na aula, mas ser trans e cis, de maneira transgressora, está ligado a umas aprendizagens de ordem de insubordinação, reconhecimento de opressões e constituição de sujeito político, que como professor trans ou cis posso pensar e propiciar em sala de aula. Esses exercícios são libertadores tanto para alunas e alunos que estão construindo sua cisgeneridade ou começando seus trânsitos.

Pessoas trans, por encarnarmos uma identidade trans, não estamos desligadas de tal vez reproduzir hegemonia e dominação. Eu também aprendi muito das professoras cisgênero, foi muito importante a experiência com professoras de ciências sociais, porque tive duas boas professoras, que me colocavam para escutar rock, musica protesto, amei ciências sócias, por duas professoras que me ensinaram a ser revoltosa. E eu falava e brincava, eu construí consciência política nessas aulas (Professora Alanis Bello).

Nessa perspectiva, professoras e professores cis, podemos (e devemos) sim, sermos aliados na luta por uma sociedade de *arte de ser* na qual reconheçamos todas as identidades como construídas, e que em todas elas (cis e trans) exista espaço para sermos livremente e transgredir. Como mencionam Alanis e Michele:

As pessoas normalmente querem fazer um cambio, considerando que se acham pessoas normais, devemos considerar que todos somos diversos, porque assim como pessoas LGBT somos julgadas e discriminadas, as vezes fora do setor LGBT tem pessoas que pelo fato de serem gordos, ou por serem magros, ou pela nariz, ou pelas orelhas, também são. Temos que nos conscientizar que todos somos diferentes, mas que se somos inclusivos, que na diversidade se tem muitas coisas mas que na final todos resultamos sendo o mesmo (Educadora Michele Suescun).

Eu acho que precisamos sim aliados. O que mais me interessa é a ética, como cuidas, como retornas esse conhecimento, tem que ter um diálogo, pensar com, pensar para. Eu acho que como científico não tem problema em como você falar das pessoas trans, o problema é como você disse isso, como o trabalha, como o escreves, e isso como contribui para a luta das pessoas trans (Professora Alanis Bello).

Novamente, me sentindo provocado e na tentativa de responder a essas provocações, considero que este trabalho pode contribuir nas lutas trans quando sugere e pretende gerar outras provocações a professoras e professores cis, para repensar suas identidades, problematizar e construir outras experiências em sala de aula para a diversidade. Este aspecto ainda é uma novidade em áreas como o ensino de ciências naturais, especificamente ensino de biologia. Disciplina na qual o binarismo e a heterossexualidade são amplamente divulgadas, naturalizadas, reforçadas e dotadas de cientificidade, impedindo seu questionamento. Um depoimento de Mauricio Cabral (2007), pessoa intersexual, exemplifica muito bem esta problemática no ensino de ciências naturais:

Si yo quisiera podría explicar el hombre que soy de muchas maneras. Podría hacerme el misterioso y nombrarme como un hombre XX, remitiéndome a unos cromosomas que nadie vio y que a nadie importan. Podría decir que soy un transexual de mujer a varón, resumiéndome en la tensión psiquiátrica entre los dos polos de una diferencia sexual en la que, de todos modos, no creo. Quizás podría presentarme, sin más, como un hombre que sufre de disforia de género. Pero ¿por qué inscribir mi masculinidad, así, desde un principio, en una cadena de síntomas y aflicciones? Podría apelar a un vocabulario que no sea ni binario ni médico y afirmar que soy un transgénero, un transgénero feliz; feliz, justamente, de ser transgénero. O podría decirlo como más me gusta: “Soy un hombre trans”. Soy un tipo con concha. Soy un tipo trans que tiene sexo con toda clase de hombres. Y que no da explicaciones... Por supuesto que podría, si yo quisiera. Pero no quiero (CABRAL, 2007).

O ensino de biologia costuma constituir e fortalecer um solo fértil para a exclusão e marginalização das pessoas e corpos que desafiam e questionam os conceitos universais e estruturantes das disciplinas da medicina, da anatomia e das ciências da vida. Este aspecto sugere novos e interessantes desafios para professoras e professores de ciências naturais, que se encontram nas tensões entre a estabilidade e binariedade dos discursos tradicionais científicos sobre o corpo, em tensão com os discursos, existências e práticas das dissidências sexuais e de gênero nos movimentos sociais. Não vejo essa tensão como problemática, e sim como aspecto que dá abertura a desafios e novas formas de pensar a biologia e seu ensino, e a nós mesmos como professoras e professores.

Sobre esses esforços, destaco o trabalho de MC MANUS (2015), mulher trans, bióloga e mexicana, que realiza uma análise ampla das relações entre ciências biológicas e ciências sociais humanas. Para ela, tanto a biologia como as ciências sociais “parecem

requerer de uma recuperação das facetas biológicas que fazem possível a dor, o sofrimento, a doença, a morte, o prazer, o erotismo, o desejo, o amor” (Ibid., p.37). A autora propõe a existência de duas biologias. A biologia moderna, que compreende evolução, genética das populações, biologia do desenvolvimento, a sociobiologia e a biologia da conduta, e reduz a sexualidade humana como traço eminentemente biológico, que pode resultar da interação entre fenótipo e ambiente. A sexualidade humana como homóloga à sexualidade dos animais.

A segunda biologia, que ela chama de biologia pós-moderna, incorpora ecologia evolutiva do desenvolvimento (eco-evo-devo), a epigenética estendida, e a construção do nicho, ciências da herança estendida, que inclui heranças não genéticas mediadas por tradições culturais em animais humanos e não humanos. Também as partes da biologia que se articulam com a psicologia, as ciências cognitivas, e as ciências da plasticidade cerebral, a sociologia, a antropologia, a paleoantropologia cognitiva e a nova história ecológica (MC MANUS, 2015). Para a autora, a biologia pós-moderna tem um ar filosófico, feminista, pluralista, antidualista e socialmente comprometido.

Considero que a luta das pessoas trans por conquistar direitos, questionar e transformar sociedade traz desafios importantes para nós educadoras e educadores cisgênero, que sugerem uma atitude mais crítica e política de nossa parte, em relação a nós mesmos, e a o valor que damos aos saberes de vozes que até agora sempre foram (e ainda são) bastante silenciadas e marginalizadas dos contextos escolares e acadêmicos.

## Considerações TRANSitórias

Diferentemente da postura dos pesquisadores que trabalham sobre as transidentidades, a leitora e leitor deste trabalho tal vez concorde em que está na hora de superar o olhar que trata como objeto a experiência trans, para pensar em outras perguntas e desafios como: aprender das pessoas trans, aprender com elas, e questionar e explicitar as intenções, propósitos, formas e ações com as quais estabelecemos relações de pesquisa, afetivas, de produção de conhecimento e de ensino aprendizagem com elas.

O contato e o trabalho reflexivo com as pessoas trans me permitiu aprender mais de mim, sobre minha pessoa, minha identidade e minha profissão como professor, colocando como espelho pessoas trans reais que me compartilharam experiências e reflexões e que me permitiram refletir junto com elas.

Deste contato derivo reflexões específicas sobre meu trabalho como professor cisgênero de biologia. Reflexões em relação à necessidade de perder o medo ao corpo. Porque em biologia é onde mais falamos de corpo, mas não se pode falar de prazer, não se pode falar de dor, não se pode falar de tesão, falamos sim de corpos tão mortos. O corpo das aulas de biologia é um corpo muito morto. É algo que só vi no contato com pessoas trans, elas tem se permitido fazer de seu corpo algo que é vivo, problematizado, reinventado, visível, algo do que se fala, e a gente foi muito ensinado a cuidar seu corpo e não problematizar seu corpo. Não posso seguir ensinando um corpo morto, nem matando meu próprio corpo com um discurso científico médico, higienista, biologicista não problematizado-questionado. Derivo como aprendizagem que não posso permitir mais que a ideia de naturalidade da minha cisgeneridade me transforme em um ser submisso fantasiado de sujeito, mas que com cada ato e palavra exclui e faz mais difícil a vida de pessoas que se assumem como sujeitos de arte de ser.

Ficam como desafios, pensar a formação de professoras e professores cisgênero e trans, para pensar práticas pedagógicas de *Nostredad*, de empatia pelas experiências, epistemologias e demandas dos colocados como “outros”.

## Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelo financiamento para o desenvolvimento desta pesquisa no Doutorado no PPGECT.

## Referencias

- CABRAL, M. Si yo quisiera. In: BERKINS, L. **Cumbia, copeteo y lágrimas: Informe nacional sobre la situación de las travestis, transexuales y transgéneros**. A.L.I.T.T. Asociación de lucha por la identidad travesti-transexual. Buenos Aires. 2007
- CAMPUZANO, G. Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... El Museo Travesti del Perú. **Bagoas**, n. 4, p. 79-93, 2009.
- GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n.80, p. 115-147, 2008.

- MC MANUS, F. Las sexualidades naturales de la biología post-moderna. In: RUIZ, R.; MC MANUS, F.; FOULKES, B.; LAMAS, M. **Sexualidad: Biología y cultura**. Primera edición. Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- MENEZES, P. Epistemologias do Sul. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 5-10, 2008.
- MESSINA, M.; DI SOMMA, T. Ocidente. In: ALBUQUERQUE, G.; PACHECO, A. **Uwa'kürü dicionário analítico**. Nepan Editora, Rio Branco Acre, 2017. Volume 2.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- PRECIADO, P. **Testo Junkie**. Traduzido por Ribeiro M. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SACAYAN, D. Abandono de persona. In: BERKINS, L. **Cumbia, copeteo y lágrimas: Informe nacional sobre la situación de las travestis, transexuales y transgéneros**. A.L.I.T.T. Asociación de lucha por la identidad travesti-transexual. Buenos Aires. 2007
- SANTOS, B. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.
- WAYAR, M. La visibilidad de lo invisible. In: BERKINS, L. **Cumbia, copeteo y lágrimas: Informe nacional sobre la situación de las travestis, transexuales y transgéneros**. A.L.I.T.T. Asociación de lucha por la identidad travesti-transexual. Buenos Aires. 2007
- WAYAR, M. **Travesti: Una teoría lo suficientemente buena**. Editorial Muchas Nueces: Buenos Aires, 2018.